

# Copom voltará a fixar limite de juros

Nelson Torreão  
a equipe do Correio

O Banco Central deverá restabelecer, na próxima reunião do Conselho de Política Monetária (Copom), marcada para quarta-feira, a política da banda de juros, com a fixação de um teto (Tban) e um piso (TBC) que se manteriam inalterados até a reunião seguinte do conselho. Essa política deixou de funcionar, na prática, desde maio, quando o BC passou a fixar a taxa de juros no dia-a-dia, por meio dos leilões de títulos públicos, embora a Tban e a TBC continuassem a ser determinadas formalmente pelo Copom.

A previsão de que a política de bandas será retomada foi feita ontem pelo secretário de Política Econômica, Amaury Bier. "Há uma discussão em curso no governo, mas eu percebo uma tendência de que a decisão (de retomar a política de bandas) seja tomada na próxima reunião do Copom", disse Bier, numa conversa com jornalistas convocados para explicar os termos do memorando técnico do acordo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Bier chefiou a missão técnica que negociou com o Fundo.

O secretário negou que o FMI tenha passado a ditar a política de juros do governo. E considerou "ridícula" e "delirante" a informação publicada ontem pelo jornal *Folha de S. Paulo* de que o vice-diretor-gerente do Fundo, Stanley Fischer, tenha influído na redução do ritmo de queda dos juros, de 0,5% para 0,2% ao dia. "Essa não era a posição do FMI nem do Fischer. Isso eu posso assegurar", garantiu o secretário.

## APERTO

Segundo Bier, na última reunião do Copom, no dia 11 de novembro, ficou decidido que, em duas semanas, haveria uma reavaliação do ritmo de queda dos juros. "Com uma redução diária de 0,5% a taxa de juros tenderia a zero", justificou. Bier disse que o BC costuma ouvir "a sociedade brasileira", bancos centrais de outros países e o próprio FMI antes de decidir qual será o nível de juros. Mas negou que se trate sequer de uma "consulta". As opiniões colhidas pelo BC, segundo Bier, são muitas vezes conflitantes. "A taxa de juros não é critério de desempenho (do programa brasileiro). Não há nenhuma cláusula que nos obrigue a manter o FMI feliz", ironizou.

O que existe, como parte das metas monetárias do programa, é um compromisso do governo brasileiro de reduzir o crédito doméstico líquido sempre que as reservas do país caírem abaixo de um determinado piso. O crédito interno líquido é definido como a diferença entre a base monetária (papel moeda emitido pelo BC) mais as reservas sobre os depósitos à vista nos bancos comerciais) e as reservas internacionais do país, descontados os US\$ 41 bilhões

Paulo de Araújo 3.9.97



Bier: a principal meta do Brasil no setor externo é o nível de reservas, que não poderá ser inferior a US\$ 20 bilhões em dezembro do próximo ano

do programa de ajuda internacional.

Se as reservas internacionais caírem abaixo daquele piso, o governo se compromete a restringir o crédito interno, o que levará ao aumento das taxas de juros. Para cada US\$ 1 bilhão de queda das reservas além do piso (que não fica explícito no acordo), haverá uma redução crescente do crédito. Essa cláusula é comum nos programas assinados com o FMI e, segundo Bier, não difere da política monetária que seria adotada de todo modo pelo governo.

Os principais motivos para restringir o crédito interno num ambiente de perda acentuada de reservas são dificultar a fuga de dólares do país (quem quiser remeter dólares para o exterior precisa de reais para comprá-los) e, em última instância, garantir o pagamento dos próprios empréstimos feitos ao país no âmbito do programa de ajuda internacional.

O secretário informou ainda que governo já começou a buscar formas de compensar uma possível perda de arrecadação com a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), em rela-

ção ao previsto no programa de ajuste fiscal e no acordo com o FMI. Segundo Bier, a compensação será necessária no caso de a prorrogação da vigência da CPMF não ser aprovada pelo Congresso em janeiro. A CPMF vigora até janeiro, com uma alíquota de 0,2%. O governo quer prorrogá-la

por mais três anos, o primeiro deles com uma alíquota de 0,38%.

Bier disse que o entendimento da área jurídica do governo é que se a prorrogação for aprovada

em janeiro, será possível continuar cobrando a contribuição à alíquota de 0,2% durante os primeiros três meses (fevereiro, março e abril). Nesse caso, a exigência constitucional de uma carência de três meses (a chamada noventena exigida para a entrada em vigor das novas contribuições) valeria apenas para o aumento da alíquota.

Se a prorrogação não for aprovada em janeiro, a noventena valerá para toda a contribuição. Nesse caso, seria preciso encontrar fontes alternativas para cobrir a perda de receita. Bier se recusou a especular sobre quais seriam essas fontes.

O secretário disse que não existe

**"A TAXA DE JUROS NÃO É CRITÉRIO DE DESEMPENHO. NÃO HÁ NENHUMA CLÁUSULA QUE NOS OBRIGUE A MANTER O FMI FELIZ"**

Amaury Bier, secretário de Política Econômica

nenhum compromisso da parte do governo com um superávit comercial de US\$ 2,8 bilhões em 1999. Para Bier, o "coração" do programa econômico brasileiro é o ajuste fiscal. Um superávit comercial de US\$ 2,8 bilhões é "desejável" e "possível", segundo o secretário, mas a principal meta para o setor externo é o nível de reservas — que

não poderá cair abaixo de US\$ 20 bilhões em dezembro de 1999, suficiente para pagar quatro meses de importações.

Ainda na área externa, o acordo com o FMI prevê a recomposição das linhas de curto prazo — o que inclui o financiamento às exportações — da ordem de US\$ 12 bilhões. A dívida externa do setor público não poderá aumentar mais do que US\$ 10 bilhões. O valor do Produto Interno Bruto (PIB) embutido nas estimativas do programa é de R\$ 910 bilhões em 1999, já computada a queda estimada de 1%. Segundo Bier, trata-se de uma estimativa conservadora.

"Nós acreditamos que será possível uma trajetória de melhora acen-tuada, começando no fim do pri-meiro semestre", disse. O progra-ma de privatização deve garantir uma receita da ordem de R\$ 25,7 bi-lhões, já incluído o reconhecimento de dívidas ("esqueletos") do Fundo de Compensações das Variações Salariais (FCVS) — que cobre saldos dos contratos de financiamento ha-bitacional —, no âmbito federal, e dos bancos estaduais.